PROTOCOLO

Considerando que em Portugal, a Associação dos Escoteiros de Portugal – AEP, surge em 1913, surgindo em 1991 na freguesia do Monte da Caparica, o Grupo 173, tendo mudado para instalações provisórias a sua sede social para a Charneca de Caparica em 1995.

Considerando que a Associação dos Escoteiros de Portugal está ao serviço da Juventude e da comunidade, levando a cabo a um modelo de desenvolvimento integrado da pessoa humana, nas suas múltiplas dimensões;

Considerando, o reconhecimento público e institucional que a Associação dos Escoteiros de Portugal conquistou em território nacional, presidindo actualmente ao Conselho Nacional de Juventude.

Considerando a importância do Movimento Escotista na formação de crianças e jovens mais responsáveis, que consolidam uma cidadania cada vez mais participada;

Considerando a natureza da intervenção – cultural, ambiental, religiosa e cívica - que tem proporcionado um notável envolvimento e participação de crianças e jovens do nosso Concelho;

Considerando que o Grupo 173 tem uma assinalável capacidade de organização, quer na apresentação dos seus planos de actividade, quer na respectiva concretização dos seus projectos;

Considerando a pertinência da actividade deste Agrupamento, nomeadamente pela sua participação activa nas iniciativas municipais e da sua importância numa zona com problemáticas sociais diversas, que toca a sua comunidade em geral e aos jovens em particular;

Minuta

Considerando que a construção da sede contribuirá para uma maior adesão e permanência dos jovens no Grupo;

Atendendo a que a natureza da intervenção do Grupo 173 da Associação dos Escoteiros de Portugal, cultural, ambiental, religiosa e cívica, se encontra em convergência com os objectivos do Município que se encontram expressos nas opções do Plano para 2011, nomeadamente através do eixo que diz respeito à Linha de Orientação Geral 4.15 “Prosseguir com os incentivos às iniciativas de carácter empresarial, à criação e à produção artística e cultural dos jovens, através dos vários dispositivos municipais.”

Entre o Município de Almada, representado pelo Senhor Vereador António José de Sousa Matos, como primeiro outorgante e o Associação dos Escoteiros de Portugal (ou AEP), representado pelo Escoteiro Chefe Regional da Região Além Tejo da AEP – Associação dos Escoteiros de Portugal como segundo outorgante, vai estabelecer-se este protocolo de colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objecto)

1. O presente protocolo de colaboração constitui-se como instrumento de cooperação entre as partes, visando a construção da sede social do Grupo 173 da Charneca de Caparica, da Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP);
2. A referida sede situa-se nas Quintinhas, Freguesia da Charneca de Caparica.

Minuta

CLÁUSULA SEGUNDA
(Obrigações do primeiro outorgante)

Compete ao primeiro outorgante:

1. A atribuição de um apoio financeiro, a conceder ao AEP, no montante total de 49.851,90 (Quarenta e Nove Mil Oitocentos e Cinquenta e Um Euros e Noventa Cêntimos), destinado à construção da referida sede;
2. O montante referido será disponibilizado numa única tranche, após assinatura do presente protocolo;

CLÁUSULA TERCEIRA
(Obrigações do segundo outorgante)

Compete ao segundo outorgante:

1. Prosseguir os seus objectivos gerais e específicos;
2. Participar e colaborar em programas municipais, ou de interesse municipal;
3. Publicitar, em local bem visível, o apoio agora acordado;
4. Cumprir todos os normativos legais e regulamentares relativos à execução de obra;
5. Após a conclusão da obra e no prazo máximo de 180 dias, apresentar comprovativos de despesa que justifiquem a verba atribuída pelo 1º outorgante.

CLÁUSULA QUARTA

(Acompanhamento e fiscalização)

3. Competirá à Direcção Municipal de Desenvolvimento Social, DMDS, através do seu Departamento de Educação e Juventude e ao AEP, representado pelo Chefe máximo do referido Grupo, o acompanhamento da execução do presente protocolo.

CLÁUSULA QUINTA

(Incumprimento)

4. Sem prejuízo de outras sanções aplicáveis, o não cumprimento das obrigações acordadas implicará a restituição das verbas referidas na cláusula segunda, bem como a impossibilidade do benefício de novos apoios municipais pelo prazo de um ano.

CLÁUSULA SEXTA

(Omissões)

As dúvidas e omissões surgidas serão resolvidas de comum acordo pelos outorgantes.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Vigência)

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, sendo válido até à conclusão da obra.

Minuta

Celebrado em duplicado, em Almada, em ___ de ___ de ___, ficando um exemplar para cada outorgante.

Pelo primeiro outorgante _____

Pelo segundo outorgante _____